

EDITORIAL:

Educação, Interculturalidade e tópicos especiais da produção do conhecimento em Educação

Onde estão a vida, o conhecimento e a sabedoria?

Onde está a vida que perdemos quando vivos?

Onde está o conhecimento que perdemos com a informação?

Onde está a sabedoria que perdemos com o conhecimento?

(T. S Eliot, Coros de a “Rocha”).

Estamos chegando...

Com esta edição, pouco a pouco, estamos “chegando lá”. O desafio e a meta, como já evocamos no último número, é recuperar e atualizar a periodicidade com conteúdos relevantes para a pós-graduação em Educação. Para tanto, já vimos realizando mudanças no escopo, que podem ser visualizadas na página da revista. Essas mudanças se referem aos seguintes pontos: formato da revista, atualização do comitê editorial e do corpo de pareceristas (novos membros nacionais e internacionais), ampliação da “quantidade” de artigos e, conseqüentemente, “qualidade” dos estudos publicados, projeto gráfico intercâmbio com grupos de pesquisa consolidados e reconhecidos de universidades nacionais (PAIDÉIA/UNICAMP, MOVER/CED/UFSC, NUPEIN/CED/UFSC e outros) e estrangeiras (ICS/Portugal, UMINHO/Portugal, Universidade Mondlane/Moçambique, Global Health para a América e outras).

Isto posto, vamos começar a apresentação pelo dossiê temático **Educação e Interculturalidade**. Esta sessão é composta por 11 artigos organizados pelo nosso editor associado nesta edição, o professor Reinaldo Fleuri¹, o qual já agradecemos de antemão pela sua participação na *Revista Pedagógica*. Trata-se de um importante pesquisador reconhecido nacional e internacionalmente, que traz para a revista diversas contribuições relevantes dos estudos do Grupo de Pesquisa MOVER (CED-UFSC). Sua participação neste número empresta à revista um salto qualitativo no âmbito dos estudos sobre Educação e Interculturalidade, ao trazer para o debate temas diversos, como processo de formação, etnicidade, colonialidade e outros, como veremos no decorrer deste editorial. Os artigos são produzidos no limiar de pesquisas advindas de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e desdobramentos desses estudos, os quais, apesar de estarem na sessão “Dossiê temático”, se confundem com os “Artigos de demanda contínua”. Isto se dá justamente por se tratar de artigos originados de pesquisas de mestrado e doutorado ou de projetos de pesquisa de longa duração. Os leitores perceberão a diversidade de contribuições, oriundas de grupos de pesquisa de universidades nacionais (Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade do Estado de Santa Catarina, Universidade Federal do Ceará e Universidade Federal de Goiás) e universidades estrangeiras, tais como: Peru, México, Chile, Colômbia.

Apresentação do “dossiê temático” pelo professor Reinaldo Fleuri

A interculturalidade se tornou hoje um tema de moda. Justamente por isso se configura como um tema paradoxal². O interesse

pela interculturalidade, assumido em programas governamentais, movimentos sociais e mesmo pela pesquisa científica e pela mídia, vem promovendo o reconhecimento da diversidade cultural. Mas, ao mesmo tempo, apresenta-se por vezes como uma nova tendência multicultural que se isenta de qualquer sentido crítico, político, construtivo e transformador. Contraditoriamente, o esforço por promover o diálogo e a cooperação crítica e criativa entre sujeitos socioculturais diferentes corre o risco de reeditar novas formas de sujeição e subalternização. Analisar em profundidade esta contradição é o desafio que pesquisadores e pesquisadoras brasileiros e latino-americanos vêm assumindo em cooperação com o Grupo de Pesquisas “Educação Intercultural e Movimentos Sociais”³.

Neste “Dossiê temático” da *Revista Pedagógica*, reunimos alguns dos estudos que focalizam tanto os pressupostos teórico-metodológicos e epistemológicos da “Educação Intercultural”, quanto suas aplicações em diferentes campos socioculturais.

Nicanor Rebolledo, professor de Antropologia na Universidade Pedagógica Nacional (México), discute os *novos desafios que a interculturalidade vem pondo aos docentes*. Em seu texto, aborda alguns ângulos do debate no México sobre a definição do conceito de *educação intercultural* e da implementação de alguns *programas inovadores* de educação baseados neste enfoque. A análise das experiências pedagógicas e práticas interculturais dos professores é baseada em dados de campo coletados em escolas públicas localizadas em bairros pobres da Cidade do México, onde há uma mistura entre pobreza e etnicidades. São escolas que tentam realizar *ações afirmativas incorporando estudantes indígenas para ensinar novos valores de convivência na escola* e os professores enfrentam dificuldades para alcançar as metas educacionais.

Jorge Gasché, pesquisador do *Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana* (Peru) pergunta-se por “*quais valores sociais da floresta ensinar nas escolas da Amazônia rural?*”. Considera que nas experiências de programas interculturais não tem encontrado propostas concretas sobre o manejo e a linguagem pedagógica para trabalhar com os valores das sociedades “tradicionais”. Neste sentido, busca formular uma *proposta de prática pedagógica nas escolas para trabalhar com* o que o autor chama de “*valores sociais da floresta*”, ou seja, os valores sociais das populações amazônicas rurais, tanto indígenas, quanto mestiças, ribeirinhas e caboclas. Apresenta uma lista destes valores, com definições e respectivas referências às condutas pessoais e interpessoais observáveis. Trata-se de um conjunto de valores que enunciam, em termos objetivos (com os quais cada pessoa da floresta poderia se identificar subjetivamente), o que o autor chama de “*identidade da floresta*”. *Esta proposta cria as bases objetivas de uma solidariedade política e sociocultural possível entre indígenas, mestiços e caboclos amazônicos, que compartilham o mesmo universo de valores sociais, claramente distintos dos valores urbanos e nacionais.*

Boris Ramírez Guzmán apresenta resultados de sua pesquisa de mestrado (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil), focalizando uma *análise crítica da Educação Intercultural Bilingue no Chile*. Pondera que durante as últimas duas décadas o conceito de *Interculturalidade* ganhou destaque *no cenário das políticas públicas no Chile*. Por um lado, os povos indígenas que convivem nesta nação têm buscado obter reconhecimento jurídico e preservar sua autonomia. O Estado, por outro lado, tem investido em políticas voltadas para a inclusão desta população na estrutura societária do país. Neste contexto, o autor faz uma leitura crítica do

entendimento de Interculturalidade sustentado pelo Estado Chileno. Procura avaliar os *deslocamentos epistemológicos e discursivos* que o Estado realiza ao engendrar a *Educação Intercultural para indígenas*, enquadrando-a *no contexto social contemporâneo do Chile.* Enfim, este artigo traz uma contribuição para a discussão crítica das *bases teórico-jurídicas* em que se estabelecem os *projetos oficiais de Interculturalidade e Educação no Chile.*

Valdo Barcelos e Sandra Maders, da Universidade Federal de Santa Maria, retomando o tema da etnicidade sob outro enfoque, refletem sobre os processos culturais que levaram os nativos desta terra de Pindorama (índios brasileiros) a se sentirem estrangeiros em suas próprias terras. O autor e a autora mostram que a questão do ser “estrangeiro” não se reduz a uma dimensão geográfica, tal como se pensava até recentemente. Hoje, com a facilidade de acesso às informações, seja pela internet, seja pelos meios de transporte, as fronteiras geográficas facilmente podem ser superadas. Com isto, o sentido do termo “estrangeiro” tem mudado. Constata-se que o “ser estrangeiro” tem mais a ver com o modo de ser, de sentir-se, do que com aspectos territoriais e com um determinado local.

Nadir Esperança Azibeiro, professora na Universidade do Estado de Santa Catarina, discute a *desconstrução de subalternidades e mudanças paradigmáticas* na perspectiva de construção de *formas dialógicas e solidárias de ser-sentir-pensar-agir.* Discorre sobre a *modernidade-colonialidade*, que produziu o entendimento das *outras localizações geográficas* como *terras vazias*, ou dos *povos* por lá existentes como *sem cultura.* Nesse sentido, a possibilidade de propostas de *educação intercultural* que se estabeleçam *a partir de relações de reciprocidade*, supõe a emergência de *outros*

paradigmas. Nessa perspectiva se insere, entre outras alternativas, o *pensamento fronteiriço*, como uma aposta na *desconstrução de subalternidades* e na emergência de *formas mais solidárias de ser-sentir-pensar-agir*.

João Batista Albuquerque Figueiredo e Maria Eleni Henrique da Silva, da Universidade Federal do Ceará, focalizam a busca de desconstrução da colonialidade no campo da educação ambiental e intercultural. Consideram que a modernidade/colonialidade produziu um distanciamento na relação entre os seres humanos e dos seres humanos em sua relação com a “natureza”. Ao afetar criticamente a dimensão social e ecológica, o paradigma moderno/colonial traz implicações para a própria formação d@s educador@s. Neste contexto, autor e autora levantam algumas questões: o que podemos entender por modernidade? O que isto implica para a concepção e prática educacional? Podemos pensar em alternativas a este padrão educativo no tocante à formação de educador@s ambientais populares que atendam aos dilemas do mundo atual? Em busca de respostas mobilizadoras de ações potencialmente transformadoras, autor e autora realizam uma pesquisa bibliográfica dialógica. Estabelecem um diálogo entre Educação Intercultural, Educação Popular, Educação Ambiental, Formação de Educadore(a)s e os Estudos da Colonialidade/Modernidade. Concluem com uma proposta que resulta na Formação Relacional Ambientalizada Descolonizante.

Anja María Mackeldey, pesquisadora associada ao grupo de pesquisa *Unipluriversidad* da Universidad de Antioquia, Sede Medellín (Colômbia), propõe o reconhecimento da “co-razón” (neologismo castelhano para indicar ambivalentemente o conceito de “co-razão” e a metáfora de “coração”) como elemento fundamen-

tal da educação intercultural. A autora, de origem alemã imigrada na Colômbia, rastreia o desenvolvimento do conceito de “co-razão” em várias culturas nacionais e geracionais. Busca suas implicações para o método de dramaturgia que facilita a encenação, assim como reflexões “co-razoadas” na educação intercultural, para se chegar a penetrar com mais facilidade o espaço do “entrelugar”, quem acontecem as ações pedagógicas da educação intercultural. A autora toma seu campo de trabalho, o *Colegio Alemán Medellín*, como lugar para realizar e documentar experiências de pesquisa co-construída com estudantes e docentes na “Arte de Aprender a Nadar entre duas águas”. Entende, assim, a “co-razão” como um ingrediente anarco-solidário indispensável para mover-se no “inter” da educação intercultural.

Maria Conceição Coppete, professora na Universidade do Estado de Santa Catarina, apresenta resultados de sua tese de doutorado, desenvolvida com a orientação de Reinaldo Matias Fleuri e coorientação de Tania Stoltz, analisando a possibilidade de uma *educação para a diversidade numa perspectiva intercultural*. Destaca o conceito de diversidade no campo normativo, passando pelas Ciências Sociais e alcançando sua dimensão cultural, uma vez que no Brasil a expressão “diversidade” tem sido usada como multiculturalismo, principalmente pelo poder público, revelando distintas proposições. Apresenta o conceito de educação intercultural e suas implicações na prática pedagógica. Dentro dessa abordagem, *culturas diferentes são entendidas como contextos complexos e a relação entre elas produz confrontos entre visões de mundo diferentes*. Essa educação favorece a *construção de um projeto comum*, mediante o qual é possível *integrar dialeticamente as diferenças*. Sua orientação está focada na *construção de uma sociedade plural, democrática e*

eminentemente humana, capaz de articular políticas de igualdade com políticas de identidade.

Márcio Penna Corte Real, da Universidade Federal de Goiás, confronta as perspectivas do *multiculturalismo* com a da *interculturalidade* na *investigação das relações de saber e poder no campo cultural da capoeira*. Entende que o multiculturalismo, como discurso das diferenças, tem na interculturalidade seu contraponto fundamental. Desta tensão teórica pode resultar uma concepção político-pedagógica e epistemológica capaz de suportar a produção do conhecimento educacional em contextos permeados pela dinâmica de encontro e confronto entre sujeitos de identidades culturais diferentes. O autor alicerça teórica e empiricamente sua discussão na trajetória de um grupo de pesquisas, na área da educação, da Universidade Federal de Santa Catarina. Particularmente, destaca o processo de pesquisa em torno das relações de saber e poder no contexto das identidades culturais. Formula o campo empírico a partir da realização de cursos pilotos de formação de educadores populares de capoeira na perspectiva intercultural da educação. Tal trajetória permitiu demonstrar que a interculturalidade, ao assumir o desafio de lidar com a diversidade cultural, apresenta os seguimentos desdobramentos: 1) trata-se de uma concepção político-pedagógica, isto é, uma forma de pensar e de fazer educação, que ao invés de anular os conflitos, tenta lidar com os mesmos a partir da ideia de diálogo intercultural; 2) uma matriz epistemológica, ou seja, uma forma de teorizar práticas educativas em cenários caracterizados pela diversidade cultural e de produzir conhecimento; 3) e uma mediação que extrapola o plano das práticas educativas e potencializa referências para a elaboração de políticas públicas e para a convivência em sociedades permeadas pelo encontro e confronto de culturas diferentes.

Cristiana Tramonte e Katarina Grubisic, da Universidade Federal de Santa Catarina, buscam refletir sobre os aspectos pedagógicos da educação musical de crianças e adolescentes no projeto social “Orquestra Escola”. Este projeto trabalha a educação musical ao formar uma orquestra de cordas e sopro. Nesta perspectiva, verifica-se que, num projeto de orquestra, o fazer musical é uma prática social com importantes elementos pedagógicos.

Reinaldo Matias Fleuri e Viviane Lima Ferreira, da Universidade Federal de Santa Catarina, refletem sobre as implicações da interculturalidade na perspectiva de inclusão digital na escola. Retomam inicialmente a conceituação deste novo campo de debate que se apresenta como *intercultural*, indicando as implicações para a educação intercultural. Focalizam alguns desafios que a escola enfrenta hoje ao desenvolver a perspectiva intercultural, particularmente no que se refere à construção do percurso e dos saberes escolares, ao desenvolvimento da subjetividade e da intersubjetividade dos educandos e à formação dos educadores. Por fim, detêm-se na discussão sobre o desenvolvimento de novas tecnologias na escola para promover processos de inclusão intercultural, indicando a necessidade de compreensão crítica do contexto tecnológico, de formação da cultura digital do professor e de produção colaborativa do conhecimento. Por fim, analisam uma experiência escolar que incorpora participativamente equipamentos e programas digitais de livre uso como propostas alternativas aos modelos mercantis de educação digital.

Em suma, os estudos aqui divulgados trazem contribuições para a discussão de diferentes perspectivas, questões e práticas de educação intercultural.

Do ponto de vista da etnicidade, estes estudos indicam que a incorporação de estudantes indígenas nas escolas (como as do

México) desafiam os educadores a ensinar novos valores de convivência na escola. Nesta mesma direção – particularmente na Amazônia Peruana – busca-se formular uma proposta de prática pedagógica nas escolas para trabalhar com os valores sociais das populações indígenas, mestiças, ribeirinhas e caboclas na floresta amazônicas. Verifica-se, a partir destas propostas, que o trabalho pedagógico com os valores dos povos originários pode criar entre esses povos as bases objetivas de uma solidariedade política e sociocultural, assim como mudanças paradigmáticas que ensejem a desconstrução de subalternidades e a construção de formas dialógicas e solidárias de ser-sentir-pensar-agir.

Este processo de reconstituição identitária dos povos historicamente subalternizados, entretanto, vem se constituindo contraditoriamente em processos socioculturais de interação intercultural. É o que se constata no cenário das políticas públicas chilenas, em que o povo Mapuche, juntamente com outros povos indígenas, resistem à perspectiva subalternizante da Educação Intercultural Bilíngue proposta pelo Estado. É o que se verifica também nos processos culturais que levaram os índios brasileiros a se sentirem estrangeiros em suas próprias terras.

A conflitualidade inerente ao campo das relações interculturais interpela a uma compreensão dos fundamentos epistemológicos da sociedade moderno-colonial que caracteriza a história a nossa história de povos latino-americanos. Ao instituir uma visão dicotômica da relação entre os seres humanos e dos seres humanos com a “natureza”, o paradigma moderno/colonial traz implicações importantes para o campo educacional, favorecendo processos de sujeição. Neste contexto, coloca-se o desafio de “aprender a nadar entre duas águas”, ou seja, de se explorar os espaços de “entre

lugar”, em que acontecem as ações pedagógicas da educação intercultural e tornam possível *articular políticas de igualdade com políticas de identidade*.

Nesta direção, experiências de formação de educadores *no campo cultural da capoeira indicam que* ao lidar com a diversidade cultural, os conflitos podem ser fatores mobilizadores de diálogo intercultural, de produção de conhecimento e de elaboração de políticas públicas que favoreçam a convivência em sociedades permeadas pelo encontro e confronto de culturas diferentes. Assim, o trabalho com as diferentes áreas educacionais, tal como as artes, a música, ou as tecnologias digitais, podem ser ressignificadas do ponto de vista intercultural, na perspectiva de descolonizar as relações de saber e de poder, de ser e de viver.

Os artigos de demanda contínua

Esta sessão começa com um artigo de Jaime Breilh. Ele é diretor da área de saúde da Universidade Andina Simón Bolívar (Equador). Seu texto, cujo título é “Hacia una universidad soberana, excelência y crítica: los principios y caminos de su responsabilidad social”, traz reflexões sobre o papel da universidade na América Latina. Em seguida, vêm diversos textos que abordam diversos tópicos especiais sobre as diversas problemáticas pungentes e atuais na produção do conhecimento sobre a educação brasileira. Neste sentido, se sobressai uma questão polêmica nas universidades, debatida por Delcele Mascarenhas Queiroz (PPGE/UNEB/Bahia), a saber: “As políticas de cotas para negros nas universidades brasileiras e a posição dos intelectuais”.

Gisela Maria Silveira Colombi e Diana Carvalho de Carvalho (PPGE/UFSC), contribuem com as reflexões sobre a educação básica, nomeadamente, “O Ensino Fundamental de nove anos no Brasil: Uma análise da produção”. Vale destacar que esse artigo também pode fortalecer as reflexões contidas em outra sessão da revista “Fórum Permanente sobre a Educação Básica”. No que se refere aos estudos, também polêmicos, se insurgem as reflexões pertinentes e profundas sobre a “educação no campo”, com o artigo “Educação do campo: A luta dos movimentos sociais campestres por uma Educação Escolar específica e diferenciada”, produzido pelo coletivo composto por Jansen Felipe da Silva, Denise Xavier Torres e Girleide Torres de Lemos (PPGE do Agreste/UFPE). Quando se fala em PROEJA, podemos recorrer a muitas pesquisas do no Portal da CAPES e nos GTs da ANPED. Neste sentido, Esterzinha A. P. Gevaerd (IFSC/SÃO JOSÉ) e Maria dos Anjos Lopes Viella (IFSC/São José) retomam o tema, a partir do artigo “PROEJA – que história é essa?” No tange aos estudos da infância, um tema sempre recorrente é a questão do brincar na infância e suas relações com a escola. Sendo assim, Maria Raquel Barreto Pinto e Jucirema Quinteiro (PPGE/UFSC) lançam seus olhares para uma problemática sempre atual e de suma relevância quando se discute infância, qual seja: “A condição social do brincar na escola: o ponto de vista da criança”. Encerrando esta sessão, outra problemática de suma relevância e contemporaneidade nos debates acadêmica é a educação a distância. Sobre o tema Carina Elisabeth Maciel e Andréa Ferreira Marques, ambas do PPGE/UFMS, trazem para a cena acadêmica o seguinte debate “Educação à distância e a Universidade Aberta do Brasil: políticas de educação superior para trabalhadores estudantes”.

As Resenhas

Esta sessão é contemplada com uma bela resenha, escrita por José Douglas Alves dos Santos (PPGE/UFS) a partir do livro *10 anos com Mafalda* (2010). O livro resenhado reproduz as tiras de Mafalda e sua turma desenhadas por Quino, Joaquín Salvador Lavado, organizadas em 13 temas – *a família, a rua, a escola, assim vai o mundo, Mafalda e a sopa, Férias, TV, Guile, Susanita, Felipe, Manolito, Miguelito e Liberdade*. O autor, com seu olhar sensível, revisita as tiras, trazendo importantes reflexões sobre a obra resenhada.

O Fórum Permanente de debate sobre a Educação Básica

Esta sessão, conforme o seu enunciado pretende instaurar um debate permanente sobre os limites e possibilidades da Educação Básica. A ideia é estimular os pesquisadores da área da educação a realizar pesquisas e publicá-las neste espaço de viés político-pedagógico. Neste número, a contribuição veio com o texto de Jéssica Schimidt Nunes (Curso de Pedagogia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos), cujo título é “Diálogos com crianças sobre a transição da educação infantil para o ensino fundamental”.

A sessão Caminhos Abertos

Nesta sessão, Any Mery Dariva Vasconcelos e Ricardo Rezer (Curso de Educação Física da Unochapecó) sinalizam para um

problema que também tem intrínsecas relações com a Educação Básica, a saber: a questão do estágio curricular obrigatório (ECO) e o processo de formação. O texto “Estágio curricular obrigatório: contribuições para a formação de professores de educação Física”. Os autores concluem que “[...] o ECO vai ganhando espaço nos cursos de licenciatura, permitindo interlocução mais consistente e orgânica entre os contextos de intervenção e a universidade. O ECO representa um ponto de convergência do processo formativo, e suas experiências podem contribuir significativamente para a formação de professores de Educação Física.”

Para finalizar esta sessão, Maria Augusta Martiarena de Oliveira e Giana Lange do Amaral (PPGE/UFRGS/Pelotas) trazem para reflexão o artigo “A Escola de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel em fotografias: aspectos da história de uma instituição de ensino superior”. Trata-se de uma pesquisa no âmbito da História da Educação; uma pesquisa sobre a história das instituições educacionais, que se estabelecem como um dos ramos em que há uma maior produção historiográfica, ao mesmo tempo que ainda existe uma grande demanda de instituições a serem investigadas. A pesquisa analisa a história de uma instituição durante na Primeira República, utilizando-se de fotografias e textos divulgados na imprensa local.

Os Textos audiovisuais

O texto visual que compõe esta sessão é de autoria de Paulo Lima (PPGE/UFBA). As fotografias expostas compõem parte da investigação que elegeu educação, mídia e fotografia como cate-

gorias teóricas importantes e se constituiu em processo investigativo textual-imagético. O texto tem como título “Educação, Mídia e Fotografia: Lentes Experimentais” e foi desenvolvido no Grupo de Estudos e Pesquisas em Mídia/memória, Educação e Lazer no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, Sociedade e Práxis Pedagógica da Universidade Federal da Bahia. O diálogo empírico contou com oficinas de fotografia organizadas em três etapas distintas que se entrecruzam em torno da criatividade e crítica. Tomou como sujeito crianças em idade escolar que cursavam o 6º ano do Ensino Fundamental II, evidenciando a fotografia como dispositivo de pesquisa para além do fazer instrumental acerca da vida ambiental cidadina.

Convidamos a todas as leitoras e leitores para terem uma leitura crítica e propositiva desta edição.

Florianópolis, outono de 2013
Maurício Roberto da Silva
Editor

Reinaldo Fleuri
Editor associado nesta edição

Notas

¹ Doutor em Educação pela Universidade de Campinas (1988) e pós-doutor pela *Università degli Studi di Perugia*, Itália (1996), pela Universidade de São Paulo (2004) e pela Universidade Federal Fluminense (2010). Professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina, com vínculo de professor voluntário após sua aposentadoria em 2011. É professor visitante Nacional Sênior (CAPES) junto ao Instituto Federal Catarinense desde 2012. Coordena o Grupo de Pesquisa Educação Intercultural e Movimentos Sociais (UFSC/CNPq). É pesquisador 1 do CNPq. E-mail: <fleuri@pq.cnpq.br>.

² Paradoxo é uma contradição lógica que, se não resolvida, coloca em toda a estrutura lógica da argumentação que a gerou.

³ Os estudos aqui apresentados se articulam com o projeto integrado de pesquisa *Educação Intercultural: descolonializar o saber, o poder, o ser e o viver* (CNPQ, 2010-2014) desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Educação intercultural e movimentos sociais (cf. <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0043708JCBVE0N>).